



ATA DE REUNIÃO – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Sessão Ordinária nº 008/2017

Data: 31 de agosto de 2017.

Hora: 10:00h.

Local: Sala de Reuniões do 3º andar do IPAJM.

Presenças:

Bruno Tamanini Lopes - Membro do Comitê de Investimentos;
Edmilson Nunes de Castro - Membro do Comitê de Investimentos;
Carmem Lucia Carneiro da Cunha Guio - Membro do Comitê de Investimentos.

Ordem do Dia:

1. Cenário Político e Econômico Atual;
2. Alocações e Resgates;
3. Assuntos Extraordinários; e
4. Assuntos Gerais.

Item 01 - Cenário Político e Econômico Atual:

No cenário político, o principal acontecimento do mês foi a vitória do governo em estancar a denúncia contra o presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados. Na véspera da votação, o mercado financeiro reagia com otimismo de que a Câmara rejeitaria a admissibilidade de denúncia contra o Presidente. O Ibovespa fechou em alta de 0,93% a 67.136 pontos e o dólar recuou 0,20%. A expectativa dos investidores já era de que esse processo seria barrado. Mas as tensões no mercado podem não desaparecer totalmente: Temer também é investigado por crimes de obstrução de justiça e organização criminosa.

Outro assunto muito debatido durante este mês foi a reforma política. Entretanto, os deputados estão longe de um acordo, faltando um consenso sobre a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma política. Para que as novas regras eleitorais passem a valer no ano que vem, elas precisam ser aprovadas em dois turnos na Câmara e no Senado, com dois terços dos votos em cada sessão, até o início de outubro. Pelo que se tem visto, essa meta parece longe da realidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



No cenário econômico doméstico, recentemente, surgiram propostas de abandonar a meta de resultado primário ou substituindo-a por uma meta estrutural, ou com a política fiscal passando a se contentar apenas com o teto de gasto. Alguns economistas entendem que o teto é sem dúvida uma novidade muito bem-vinda, mas por si só não garante uma trajetória sustentável para o endividamento público. Neste sentido, abolir a meta de primário é um retrocesso inaceitável e perigoso, o que, por si só, provavelmente acarretaria novas reduções da nossa nota de risco soberano ao fragilizar a LRF.

A equipe econômica do Governo Federal acabou revisando as metas de déficit primário de 2017 e 2018 para R\$ 159 bilhões em cada ano em decorrência de frustrações com receitas extraordinárias e recorrentes e uma recuperação econômica mais lenta que a esperada. Com as despesas no ano que vem estipuladas no teto de gastos, qualquer surpresa positiva no lado das receitas deverá levar a um resultado primário menos deficitário.

A partir desses acontecimentos na área política e econômica, voltaram a pauta os discursos sobre as reformas tributárias e previdenciárias como importantes solucionadores dos problemas do país.

Outro anúncio do governo no final deste mês foi um pacote com privatizações. O Ministério de Minas e Energia vai propor a redução da participação da União no capital da Eletrobrás, "a exemplo do que já foi feito com a Embraer e a Vale". A proposta será levada ao Conselho do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Segundo o ministério, o governo permanecerá como acionista, recebendo dividendos ao longo do tempo, e a União manterá poder de veto na administração da companhia.

No dia 24/08/17, a Câmara dos Deputados aprovou em votação simbólica a medida provisória que cria a TLP (Taxa de Longo Prazo). Após a aprovação final, a medida ficará pronta para ser apreciada pelo Senado. A TLP balizará o custo dos financiamentos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que passará a contar com menos subsídios da União, como parte da busca de reequilíbrio das contas públicas.

A ideia original do governo é que a TLP passe a valer para contratos novos com o BNDES firmados a partir de 1º de janeiro de 2018 e substitua gradualmente a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Houve bastante resistência à criação da TLP, envolvendo empresários, já que os empréstimos do BNDES passarão a ficar mais caros do que os patamares atuais.

O IPCA de julho surpreendeu para cima o mercado ao exibir variação de +0,24%. Apesar do avanço na comparação das taxas mensais entre junho e julho, o acumulado em doze meses permanece em plena desaceleração e rompeu a barreira dos 3,0% (limite inferior da meta de inflação), ao atingir 2,7%, bem abaixo do centro da meta (4,5%). Economistas esperam que até o final de 2017 o IPCA se eleve, atingindo +3,5%.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
————— IPAJM —————



Após a confirmação de que as vendas varejistas tiveram desempenho bastante positivo em junho, alguns economistas elevaram suas projeções para o PIB do 2T17 e do ano, para 0,0% e +0,3%, respectivamente. No entanto, há uma cautela sobre essas estimativas em função do ritmo enfraquecido de recuperação da indústria e dos investimentos.

No cenário econômico externo, a inflação aos consumidores nos EUA continuou a surpreender para baixo em julho. As surpresas, desta vez, foram pontuais, principalmente dentro de componentes de preços de serviços. A ata da última reunião de política monetária corroborou as expectativas de alguns economistas de que o anúncio de normalização do balanço do FED deverá se dar em setembro. Os membros do colegiado, no entanto, frisaram que o momento da próxima elevação de juros está condicionado à evolução da inflação.

Item 02 – Alocações e Resgates:

Em reunião extraordinária com a Diretoria de Investimentos, no dia 14/08/2017, foi definida a seguinte movimentação:

ADQUIRIR, em 15/02/2017, 2.000 LFTs – Letras Financeiras do Tesouro no valor de **R\$ 18.045.637,55** (dezoito milhões, quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), no mercado secundário, através do BRB – Banco de Brasília, utilizando o valor total do crédito de cupom de juros de NTN-Bs, disponível em conta corrente no valor de **R\$ 13.899.787,78** (treze milhões, oitocentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos); e

RESGATAR, em 15/02/2017, do **BRB FIC FI RF DI LP 1 MILHÃO**, no próprio BRB – Banco de Brasília, o valor de **R\$ 3.145.849,77** (três milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos) para complementar a liquidação da aquisição das LFTs – Letras Financeiras do Tesouro.

Em reunião extraordinária com a Diretoria de Investimentos, no dia 25/08/2017, ficou decidida a realização das seguintes alocações para cumprir o limite de enquadramento estabelecido no Art. 14 da Res. CMN 3.922/2010, que não permite uma exposição de recursos aplicados em um fundo de investimento superior a 25% do patrimônio líquido deste mesmo fundo:

RESGATE no dia 28/08/2017 no valor de **R\$ 60.000.000,00** (sessenta milhões de reais), no fundo **BANESTES LIQUIDEZ FI Renda Fixa Referenciado DI**;

APLICAÇÃO no dia 29/08/2017, no Banco do Brasil, do valor de **R\$ 15.000.000,00** (quinze milhões de reais) no fundo **BB Previdenciário RF IRF M TP** e de **R\$ 15.000.000,00** (quinze milhões de reais) no fundo **BB Previdenciário RF IRF M1 TP**;

APLICAÇÃO no dia 29/08/2017, na Caixa Econômica Federal, do valor de **R\$ 15.000.000,00** (quinze milhões de reais) no fundo **FI CAIXA BRASIL IRF M1 TP RF** e de **R\$ 15.000.000,00** (quinze milhões de reais) no fundo **FI CAIXA BRASIL IRF M1+**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IPAJM



TP RF.

Item 03 – Assuntos Extraordinários:

Recebemos, no dia 28/08/2017, cópia de e-mail da Diretoria de Investimentos, encaminhado à Presidência Executiva do IPAJM, enumerando, entre outras, as atividades e rotinas finalísticas deste Comitê de Investimentos:

- Elaboração da minuta da política anual de investimentos;
- Avaliação periódica do desempenho das carteiras de investimentos;
- Avaliação periódica do desempenho das instituições financeiras credenciadas;
- Elaboração de propostas de alocação ou realocação de recursos; e
- Avaliação de risco geral dos investimentos sob gestão.

Inicialmente, registramos que a Lei Complementar Nº 548, de 31/03/2010, em seu Art. 4º criou o Comitê de Investimentos, sem elencar sua respectiva competência.

Acrescentamos que, na última Política de Investimentos, para o ano de 2017, elaborada em conjunto com a Diretoria e a Gerência de Investimentos, em seu item 6, foram elencadas as diretrizes que iriam nortear a gestão de investimentos dos recursos do ES-PREVIDÊNCIA.

Citamos, abaixo, aquelas atinentes a este Comitê de Investimentos:

- O Comitê de Investimentos deverá subsidiar a gestão da Diretoria de Investimentos no cumprimento desta política; e
- O Comitê de Investimentos se reunirá ordinariamente na última quinta-feira de cada mês e extraordinariamente sempre que houver demanda, ficando as respectivas atas disponibilizadas no site do IPAJM.

Registramos que este Comitê de Investimentos sempre possuiu caráter consultivo em relação às demandas da Diretoria de Investimento, tais como propostas de alocação/realocação dos recursos do ES-PREVIDÊNCIA, não atuando na parte operacional da área de investimentos do IPAJM.

Item 04 – Assuntos Gerais:

No dia 03/08/2017, às 10 horas, participamos de uma reunião com os representantes da Caixa Econômica Federal, Sr. Vinícius e Sra. Mara. Durante a reunião foi feita uma explanação sobre a situação atual da economia brasileira e mundial, bem como sobre alguns dos fundos de investimentos onde possuímos valores alocados.

No dia 04/08/2017, às 11 horas, participamos de uma audioconferência de costista do FIDC CASAN, administrado pela Caixa Econômica Federal, para tratar de assunto atinentes ao citado fundo de investimento.



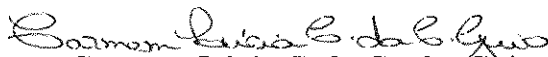
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
————— IPAJM —————



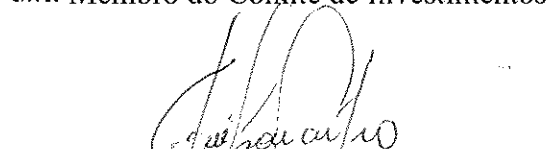
No dia 29/08/2017, às 15:30 horas, participamos de uma reunião com os representantes do Banco do Brasil, Wederson Hubner Nascimento, Gerente Geral da Agência do Setor Público Vitória, João Medeiros, Assessor Master da BB DTVM e Herrnani Raupp, Gerente de Divisão da Diretoria de Governo. Durante a reunião foi feita uma explanação sobre o cenário econômico e também um resumo das alterações propostas na Resolução 3.922.

Considerações Finais:

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Carmem Lúcia Carneiro da Cunha Guio, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos membros presentes.


Carmem Lúcia C. da Cunha Guio
Certificado Profissional ANBIMA CPA-20 Membro do Comitê de Investimentos


Bruno Tamanini Lopes
Certificado Profissional ANBIMA CPA-20 Membro do Comitê de Investimentos


Edmilson Nunes de Castro
Certificado Profissional ANBIMA CPA-20 Membro do Comitê de Investimentos